

Assembléia Ordinária

Ata nº 263/05

1. Aos onze dias do mês de abril de 2005, reuniu-se o CMAS em assembléia ordinária com
2.a coordenação da Presidente Iara Bargmann. O conselheiro José informa sobre a NOB.
3. Encaminha-se fazer discussão sobre a NOB no Conselho e na CRAS. Proposta de
4. discussão da NOB até maio, e na última plenária de maio a aprovação neste Conselho das
5. propostas apresentadas. Informe sobre discussão do SUAS na PUC; informe sobre
6. educação e saúde (PUC) das propostas levantadas para serem encaminhadas para Curitiba
7. (dias 4 e 5 de abril/05); informe sobre o Fórum dos Conselhos (próxima reunião dia 02 de
8. maio com pauta Regimento Interno e proposta para o Plurianual). A conselheira Nice diz
9. que a ata está sendo “garimpada”, e pede que esta seja escrita na íntegra. A conselheira
10. Iara da Rosa informa que irá acontecer a Plenária Temática do OP na quinta-feira
11. (Saúde e Assistência Social), às 19h, no Ginásio Tesourinha. As Atas nº 260, 261 e 262
12. serão alteradas e colocadas na próxima plenária. Inscrições novas: AVESOL (CRAS
13. Centro) – sugestão de contratação de um taquígrafo para elaborar as atas. O conselheiro
14. Carlos Fernando sugere o mesmo método de ata do CMDCA; a ata é sucinta e o
15. detalhamento ocorre através do datashow. A mesma é entregue aos Conselheiros
16. titulares e suplentes. A conselheira Nice questiona o porquê da questão da AVESOL
17. nesta pauta do dia 11/4, se isto não foi acordado na reunião passada. A mesa
18. coordenadora coloca para o grupo que o taquígrafo custa R\$ 110,00 a hora. A
19. conselheira Nice pede providências ao CMAS para que estas atas sejam fidedignas. A
20. conselheira Nice expressa seu sentimento de invasão e descontentamento, trazendo
21. como exemplo a questão do Bandeirão, como se acontecesse uma triagem na própria ata.
22. A conselheira Nice avisa que irá ausentar-se às 19h15min. O encaminhamento da
23. Executiva é de que a mesa diretora avalie as três propostas apresentadas para a resolução
24. da questão das atas. AVESOL volta para ser aprovada na próxima plenária pois falta o
25. parecer da CRAS. Centro Comunitário Educacional (CRAS Sul): A conselheira
26. Mariazinha coloca a desorganização deste Conselho, salientando o caso da referida
27. instituição. A conselheira Marilú explica que a posição do Conselho é transparente. A
28. conselheira Marilú pede que se somem à Comissão mais conselheiros visando à
29. agilização e organização dos processos. A mesa diretora propõe votação da entidade
30. AVESOL. A conselheira Mariazinha faz uma observação à plenária sobre a
31. possibilidade de cada pessoa estar nas quartas-feiras. A conselheira Nice sugere à
32. Presidente Iara a verificação dos documentos, organização. Votação da AVESOL – 16
33. votos a favor, 04 abstenções e 06 votos contra. Centro Comunitário Educacional (CRAS
34. Sul) – 19 votos a favor e 6 abstenções. Recadastramento: Instituto Pobres Servos da
35. Divina Providência – aprovado por unanimidade. Legião da Boa Vontade – aprovado
36. por unanimidade. São Manoel Educação e Assistência – 23 votos a favor e 1 abstenção.
37. Hospital Espírita de Porto Alegre – 22 votos a favor e 3 abstenções. Lar da Amizade –
38. aprovado por unanimidade. Lar de São José – aprovado por unanimidade. Lar de Santo
39. Antônio dos Excepcionais – aprovado por unanimidade. ONG Parceiros Voluntários –
40. 20 votos a favor, 2 votos contra e 4 abstenções. Manutenção: Sociedade Educação e

41.Caridade – Instituto São Benedito – aprovada por unanimidade. Convênios com
42.problemas: a assessora jurídica da FASC, Anna Luíza, faz apreciação dos termos
43.contidos na celebração (cláusulas de convenio) no caso das infrações que ferem o termo
44.de celebração.A assessora Anna coloca ainda os termos descumpridos pela entidade
45.Beco do Adelar, citando as infrações junto ao Banrisul, Banco Central e inadimplências.
46.A assessora Anna conclui os relatos lendo os acordos firmados no início de março
47.(prazo de 90 dias para a regularização com a FASC). A conselheira Nídia diz que são 3
48.meses sem receber recursos pela entidade Beco do Adelar. A conselheira Nice salienta o
49.funcionamento das CRAS e solicita à plenária que observe se o CMAS não está fazendo
50.a mesma função já feita pelas CRAS. Não entende a proposta de implantação do
51.Conselho Gestor. A conselheira Nice coloca para a plenária que então o governo assuma
52.os atendimentos de SASE, Educação Infantil, com seus funcionários. A assessora
53.jurídica Anna coloca que a FASC se dispõe a zerar questões anteriores com a entidade
54.Beco do Adelar, valendo então as combinações feitas nesta Plenária e neste termo
55.celebrado. A assessora Anna salienta a quantidade de trabalho e a etapa de organização
56.da Instituição FASC. A conselheira Nice salienta que a assessora Anna converse com os
57.gerentes regionais, pois eles não participam das reuniões de CRAS. A conselheira Léa
58.Biasi faz um apanhado sobre o processo de acompanhamento das CRAS, CMAS, e faz
59.um contraponto “Conselho Gestor”. A conselheira Maria Belquiz faz um apontamento
60.sobre o trabalho da Entidade e diz desconhecer questões de contabilidade. A conselheira
61.Nídia diz que o Centro Regional não participa das reuniões da CRAS Restinga. Processo
62.de votação para o Beco do Adelar. A conselheira Nice faz um apontamento para que se
63.cuide o tratamento dispensado a esta entidade para que isso seja observado em plenárias
64.seguintes. Votação: 22 votos a favor e 1 abstenção, aprovando o Termo de Ajuste para a
65.entidade Beco do Adelar. A conselheira Maria Belquiz aponta sobre a entidade São
66.Vicente Mártir “questões financeiras”, como desaparecimento de recursos
67.(R\$10.000,00) (R\$15.000,00). Ela também aponta que os funcionários ficaram sem
68.receber durante alguns meses. A conselheira Maria Belquiz cita três entidades como
69.capazes de absorver o trabalho: Calábria, Creche Renascer da Vila América e
70.Associação de Mulheres Novo Amanhã. As conselheiras Nice e Léa Biasi estabelecem
71.diálogo sobre o acompanhamento do setor financeiro do Governo. A conselheira Léa
72.pergunta à plenária se o recurso sumiu. A Presidente Iara coloca que a Comissão foi
73.fiscalizar e verificou que a entidade encontrava-se fechada. A conselheira Maria Belquiz
74.pergunta como ficam as crianças da Vila São Vicente Mártir e explica que a entidade é
75.associação de moradores e que existem 3 chapas para concorrer à presidência. A
76.conselheira Nice fala que há dinheiro público investido no local que hoje está fechado.
77.Fica como encaminhamento que a CRAS traga resposta na próxima reunião e que as
78.crianças sejam atendidas na mesma vila. A conselheira Nice coloca que na região Glória
79.houve situação parecida. A CRAS Centro-Sul irá discutir e trazer a proposta para a
80.próxima reunião. A conselheira Nice coloca que pode ser “ad referendum” que o
81.atendimento permaneça na comunidade e incentive ao auto gerenciamento. A
82.conselheira Belquiz coloca que crianças da Vila América vão à São Vicente Mártir. A
83.conselheira Léa lê a proposta: reunião na CRAS Centro-Sul; reunião na comunidade
84.para expor problema; o atendimento às crianças deverá ser no próprio local, isto é,
85.espaço físico da Associação dos Moradores; as três entidades sugeridas devem
86.concordar com o atendimento na própria Vila São Vicente Mártir; a FASC pode aditar
87.convênio com as entidades, mas não fará convênio com a Associação de Moradores;

88.deverá ser criada comissão dos moradores para acompanhar o trabalho das entidades
89.indicadas pela CRAS junto às crianças. A conselheira Nídia diz que tem que garantir o
90.atendimento naquele local. A conselheira Rose fala sobre a Mitra – Paróquia Nossa
91.Senhora de Belém, que o assistente social que foi para o módulo esteve para sair e hoje
92.não sai , conforme gerente regional. O mesmo aconteceu com o auxiliar administrativo.
93.A conselheira Léa pergunta sobre esses recursos. Quanto ao Extremo-Sul, foi resolvido
94.com o remanejamento. A conselheira Rose explica que o assistente social pediu
95.demissão há três meses. Resolução “ad referendum” 024/05: não votada por falta de
96.quorum. A conselheira Léa fala do relatório do serviço PETI, realizado no Colégio
97.Mesquita com cursos profissionalizantes. A conselheira Léa sugere que se faça a
98.aprovação com a ressalva de fazer avaliação das famílias a serem contempladas. Projeto
99.Resgate com recursos do CMDCA e CMAS para crianças em situação de rua : que seja
100.constituída comissão CMDCA/CMAS. A conselheira Nice diz que hoje a moeda de
101.mercado é criança e adolescente. Não temos condições de avaliações do Projeto
102.Cuidando da Gente, que ficará para próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, eu,
103.José Dutra, lavro a presente ata.